

Aragonê  
Fernandes  
3ª Edição

# CONSTITUCIONAL

## *Sob Medida*

Copyright © Aragonê Fernandes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

---

FERNANDES, Aragonê Nunes

Constitucional sob medida / Aragonê Nunes Fernandes.

3. ed. — Brasília, DF : Ed. do Autor, 2025.

p. 388

Bibliografia.

ISBN: 978-65-01-46833-4

1. Direito constitucional - Brasil - Concursos. 2. Direito constitucional - Estudo e ensino. I. Título.

25-271783

CDU-342(81)079.1

---

1. Brasil : Direito constitucional : Concursos

342(81)079.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

**Diagramação:** Washington Nunes Chaves

**Revisão:** Camilla Ferreira Machado

**Capa:** Carlos Garcia e Washington Nunes Chaves

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** - De acordo com a Lei n. 9.610, de 19.02.1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada em um sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais e do editor.

# SUMÁRIO

Apresentação . . . . .	13
Constitucional Sob Medida . . . . .	15
1. Teoria da Constituição. . . . .	15
1.1. Direito Constitucional . . . . .	15
1.2. Conceito de Constituição (Acepções, Sentidos, Concepções ou Percepções) . . . . .	15
1.3. Classificação (Tipologia) das Constituições . . . . .	17
1.4. Elementos das Constituições . . . . .	22
1.5. Bloco de Constitucionalidade . . . . .	22
1.6. Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo . . . . .	23
1.7. Princípios e Regras. . . . .	26
1.8. Poder Constituinte. . . . .	27
1.9. Princípio da Hierarquia das Normas – a Ideia da Supremacia da Constituição . . . . .	35
1.10. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais . . . . .	37
1.11. Hermenêutica Constitucional . . . . .	39
1.12. Histórico das Constituições Brasileiras. . . . .	43
1.13. Estrutura da Constituição Brasileira de 1988 . . . . .	47
2. Princípios Fundamentais . . . . .	49
2.1. Definindo Conceitos Essenciais . . . . .	49
2.2. Fundamentos da República Federativa do Brasil. . . . .	52
2.3. Poderes do Estado e as Respectivas Funções . . . . .	53

2.4. Objetivos da República Federativa do Brasil . . . . .	54
2.5. Princípios da República Federativa do Brasil nas Relações Internacionais . . . . .	54
3. Direitos e Garantias Fundamentais I . . . . .	56
3.1. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais . . . . .	56
3.2. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. . . . .	59
3.3. Remédios Constitucionais . . . . .	82
4. Direitos e Garantias Fundamentais II . . . . .	89
4.1. Direitos Sociais. . . . .	89
4.2. Direitos da Nacionalidade . . . . .	104
4.3. Direitos Políticos. . . . .	109
4.4. Partidos Políticos . . . . .	117
5. Organização Político-Administrativa . . . . .	122
5.1. Considerações Iniciais . . . . .	122
5.2. A Federação Brasileira . . . . .	122
5.3. União. . . . .	123
5.4. Territórios. . . . .	126
5.5. Estados . . . . .	126
5.6. Municípios. . . . .	129
5.7. Distrito Federal. . . . .	136
5.8. Repartição de Competências . . . . .	136
5.9. Intervenção Federal e Estadual . . . . .	145
6. Administração Pública . . . . .	149
6.1. Princípios . . . . .	149
6.2. Cargos Públicos . . . . .	151

6.3. Concursos Públicos . . . . .	152
6.4. Direito à Liberdade Sindical e Direito de Greve de Servidor Público Civil . . . . .	156
6.5. Teto de Remuneração e de Subsídios e Demais Dispositivos sobre Vencimentos de Servidores e Membros. . . . .	157
6.6. Acumulação de Cargos Públicos . . . . .	158
6.7. Criação e Extinção de Entidades Públicas. . . . .	159
6.8. A Necessidade de Realização de Licitações . . . . .	160
6.9. Punição para Atos de Improbidade Administrativa . . . . .	161
6.10. Imprescritibilidade de Ações sobre Prejuízos ao Erário . . . . .	162
6.11. Responsabilidade Civil do Estado . . . . .	162
6.12. Inovações trazidas pela EC n. 103/2019 . . . . .	165
6.13. Regras para Servidor em Exercício de Mandato Eletivo . . . . .	166
6.14. Regime Jurídico dos Servidores Públicos . . . . .	167
6.15. Direitos dos Servidores Públicos. . . . .	168
6.16. Aposentadoria de Servidor Público . . . . .	169
6.17. Pensão por Morte . . . . .	175
6.18. Acumulação de Benefícios . . . . .	176
6.19. Contribuição Previdenciária dos Ativos, Inativos e Pensionistas e Abono de Permanência . . . . .	177
6.20. Estabilidade. . . . .	178
6.21. Estágio Probatório . . . . .	178
6.22. Militares dos Estados e do Distrito Federal . . . . .	178
7. Poder Legislativo. . . . .	181
7.1. Estrutura do Legislativo. . . . .	182
7.2. O Congresso Nacional . . . . .	184

7.3. Competência das Casas Legislativas . . . . .	184
7.4. Estatuto dos Congressistas . . . . .	185
7.5. Comissões Parlamentares . . . . .	190
7.6. Processo Legislativo . . . . .	193
7.7. Função Fiscalizatória . . . . .	205
8. Poder Executivo . . . . .	214
8.1. Chefia de Estado x Chefia de Governo . . . . .	216
8.2. Presidente e Vice-Presidente . . . . .	216
8.3. Ministros de Estado . . . . .	222
8.4. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional . . . . .	223
9. Poder Judiciário . . . . .	224
9.1. Disposições Gerais – Artigos 92 a 100. . . . .	225
9.2. Dos Tribunais – Composição e Competências – Artigos 101 a 126 . . . . .	240
10. Funções Essenciais à Justiça . . . . .	271
10.1. Aspectos Introdutórios. . . . .	271
10.2. Ministério Público . . . . .	272
10.3. Advocacia Pública . . . . .	284
10.4. Advocacia Privada . . . . .	289
10.5. Defensoria Pública . . . . .	291
11. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas . . . . .	294
11.1. Sistema Constitucional de Crises. . . . .	295
11.2. Das Forças Armadas . . . . .	296
11.3. Da Segurança Pública . . . . .	298
12. Da Ordem Econômica e Financeira. . . . .	305
12.1. Princípios da Ordem Econômica . . . . .	305

12.2. Da Intervenção do Estado no Domínio Econômico . . . . .	306
12.3. Da Política Urbana, da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária . . . . .	309
12.4. Do Sistema Financeiro Nacional . . . . .	310
13. Da Ordem Social . . . . .	311
13.1. Da Seguridade Social . . . . .	311
13.2. Da Saúde . . . . .	312
13.3. Da Previdência Social . . . . .	315
13.4. Da Assistência Social . . . . .	319
13.5. Da Educação . . . . .	319
13.6. Da Cultura . . . . .	323
13.7. Do Desporto . . . . .	324
13.8. Da Ciência, Tecnologia e Inovação . . . . .	325
13.9. Da Comunicação Social . . . . .	325
13.10. Do Meio Ambiente . . . . .	326
13.11. Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Jovem e Do Idoso . . .	329
13.12. Dos Índios . . . . .	331
13.13. Quilombolas . . . . .	334
14. Controle de Constitucionalidade . . . . .	335
14.1. O Princípio da Supremacia da Constituição . . . . .	335
14.2. Espécies de Inconstitucionalidade . . . . .	338
14.3. Momentos e Modelos de Controle . . . . .	340
14.4. Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil . . . . .	341
14.5. Controle Jurisdicional de Constitucionalidade . . . . .	343
14.6. Controle Difuso . . . . .	345

14.7. O Artigo 52, X, da CF na Visão do STF . . . . .	346
14.8. Cláusula de Reserva de Plenário . . . . .	347
14.9. A Declaração de Inconstitucionalidade na Ação Civil Pública (ACP)	348
14.10. Repercussão Geral . . . . .	349
14.11. Controle Concentrado. . . . .	350
14.12. Sentenças Intermediárias . . . . .	373
14.13. Controle de Convencionalidade . . . . .	375
14.14. Súmulas Vinculantes . . . . .	377
14.15. Reclamação. . . . .	379
14.16. Estado de Coisas Inconstitucional . . . . .	380
Referências . . . . .	383
Anexo . . . . .	386